

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DR. JUIZ PRESIDENTE DA \_\_\_ JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO.

Nome, brasileiro, solteiro, profissão, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_ - \_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_, bairro, cidade, UF, por seu advogado e procurador infrafirmado, com escritório profissional na Rua, n.º, nesta cidade, onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente perante V. Ex.a., promover Ação Reclamatória Trabalhista em face de Nome, brasileiro, solteiro, profissão, inscrito no CPF/MF sob o n.º \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_ - \_\_, portador do RG \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Rua \_\_\_\_\_, n.º \_\_, bairro, cidade, UF, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

1 - A Reclamante foi admitida como funcionária da empresa reclamada na data de \_\_/\_\_/\_\_\_\_, para exercer as funções de \_\_\_\_\_ (profissão), tendo sido demitida sem justa causa e em adiantado e visível estado de gravidez na data de \_\_/\_\_/\_\_\_\_, sem contudo receber as verbas relativas aos direitos rescisórios determinados por lei.

2 - A reclamante recebia, quando da ruptura do contrato de trabalho, um salário mensal de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), devendo-se consignar que a mesma era optante pelo FGTS.

3 - A reclamante, por estar grávida, tinha direito à estabilidade provisória. Sua despedida imotivada se constituiu em flagrante violação à legislação vigente.

Sendo assim, em face do exposto, requer a V. Ex.a.,

1 - Notifique a reclamada para os termos da presente reclamatória, para, querendo, apresentar contestação, sob pena de revelia e confissão.

2 - Seja a presente reclamação julgada procedente, caso assim entenda V.Exa., com a conseqüente condenação da reclamada ao pagamento das seguintes verbas rescisórias:

a - aviso prévio;

- b - férias proporcionais;
- c - 13º salário proporcional;
- d - salário-maternidade - 84 (oitenta) dias
- e - liberação das guias do FGTS, código 01, com adicional de 10% nos termos do art. 22 do Dec. 59.820/66. I

Protesta pela produção de provas por todos os meios admitidos em direito, requerendo desde já o depoimento pessoal do representante legal da empresa reclamada.

Dá-se à causa o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

Nestes termos

Pede deferimento

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Assinatura  
Nome do Advogado  
Oab